



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO PREFEITO

GOVERNO DE
OURINHOS
NOSSA CIDADE. NOSSO FUTURO

LEI COMPLEMENTAR Nº 113

De 05 de outubro de 1995

Autoriza a concessão de direito real de uso e posterior doação a favor da firma **J. F. C. COMERCIO INDUSTRIA EMBALAGENS LTDA.**

A Câmara Municipal de Ourinhos aprovou em sessão do dia 02 de outubro de 1995 e eu, Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei Complementar:

Artigo 1º. Fica a Prefeitura Municipal de Ourinhos autorizada a conceder o direito real de uso, e posteriormente doar mediante instrumento público expedido em favor da firma **J. F. C. COMERCIO INDUSTRIA EMBALAGENS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado com sede nesta cidade de Ourinhos, à Rua Maria Flores Morales Mota, nº 142, o imóvel de posse do patrimônio público municipal, situado no Distrito Industrial II, criado na forma do disposto no artigo 1º da Lei nº 3.814 de 22 de março de 1.995, à Avenida Feodor Gurtovenco esquina com a Rua 05, lotes 55 e 56 da Quadra C, destinado à implantação de uma indústria de embalagens de sacos de papel, impressos, bobinas de plásticos picotados e sacolas de plásticos, conforme projeto aprovado pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Industrial.

Artigo 2º. O imóvel mencionado no art. 1º desta Lei Complementar está matriculado em nome de Genny Moraes Ferreira de Sá ou quem de direito, sob nº 1.329 de 25/06/1976, no Cartório do Registro de Imóveis desta circunscrição, foi objeto de desapropriação pelo Poder Público Municipal, com regular imissão de posse judicial, e em conformidade com planta de levantamento e memorial descritivo que fazem parte integrante desta Lei Complementar, e tem as características e confrontações a seguir descritas: "partindo do ponto 1, cravado a 9,00m do cruzamento dos alinhamentos da Avenida Feodor Gurtovenco com a Rua 05, segue pelo alinhamento da Avenida Feodor Gurtovenco, lado ímpar, numa distância de 31,00m, até o ponto 2; daí deflete a esquerda e segue numa distância de 60,00m até o ponto 3, confrontando com o lote 57; daí deflete a esquerda e segue numa distância de 40,00m, até o ponto 4, confrontando com o lote 84; daí deflete a esquerda e segue pelo alinhamento da Rua 05, lado par, numa distância de 51,00m, até o ponto 5; daí deflete a esquerda e segue em linha curva, com raio de 9,00m e distância de 14,14m até o ponto inicial de partida 1, encerrando o perímetro da área de 2.382,62m²".

Artigo 3º. A presente concessão do direito real de uso far-se-á pelo prazo necessário até a outorga do instrumento público de doação, após transcrito o título aquisitivo dominial do imóvel expropriado pela municipalidade no registro imobiliário desta circunscrição.

Parágrafo único. Com o registro imobiliário da escritura pública de doação, ficará imediatamente extinto o direito real de uso concedido.

Artigo 4º. A concessão do direito real de uso far-se-á mediante condições constantes dos incisos I a V, do artigo 5º da Lei nº 3.814, de 22 de março de 1.995, que obrigatoriamente também constarão do instrumento público de doação a ser lavrado, sob pena de nulidade do ato, e às quais se obrigará expressamente a pessoa jurídica favorecida.

Artigo 5º. O não cumprimento de qualquer das cláusulas onerosas previstas nesta Lei Complementar, livremente aceitas no instrumento público de concessão de



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO PREFEITO



direito real de uso, autorizará ao Poder Executivo a imediata revogação da concessão, se ainda vigente, ou da doação já efetivada, revertendo ao patrimônio público o imóvel e todas benfeitorias nele contidas, realizadas pela municipalidade, bem como aquelas realizadas pela concessionária ou donatária, sejam úteis, necessárias ou voluptuárias, sem qualquer direito a ressarcimento, indenização, pagamento ou retenção.

Parágrafo único. A cláusula de revogação da doação determinada por esta Lei Complementar, deverá constar expressamente da escritura pública respectiva, sob pena de nulidade do ato.

Artigo 6º. Descumpridas as cláusulas onerosas estipuladas no artigo 4º desta Lei Complementar, e revogada a concessão de direito real de uso ou a doação, o Poder Executivo Municipal, após parecer favorável do Conselho Municipal de Desenvolvimento Industrial, poderá propor à Câmara Municipal autorização legal para nova concessão ou doação do imóvel.

Parágrafo único. Autorizada por Lei a nova concessão ou doação, transferir-se-á em favor de outra pessoa jurídica o projeto de instalação industrial, obras, edificações, benfeitorias e instalações eventualmente existentes, desde que existam garantias quanto ao prosseguimento e efetiva implantação das atividades industriais, expostas em pedido fundamentado aprovado pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Industrial.

Artigo 7º. As despesas com a execução da presente Lei Complementar correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Artigo 8º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Ourinhos, 05 de outubro de 1995.

DR. CLAUDY SANTOS ALVES DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicada e registrada na Secretaria Municipal de Administração na data supra.

DR. ARLINDO BECHERI

Diretor do Departamento de
Administração

